



GT 02. Amazônia e Nordeste indígenas: por uma etnologia transversa

Coordenador(es):

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA)

Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Sessão 1

Debatedor/a: Ugo Maia Andrade (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Trata-se de reeditar o fórum de debates – iniciado há quase uma década nos espaços da RBA e REA – em busca de confluências etnográficas entre sistemas ameríndios na Amazônia e no Nordeste/Leste brasileiro, regiões cujas etnologias tradicionalmente vêm conservando, uma em relação à outra, reservas e antíteses de naturezas conceitual, metodológica e ideológica. Mais que ratificar distinções, cabe procurar as membranas e intersecções entre as etnologias produzidas sobre ambas as regiões, seja, por exemplo, através de pesquisas sobre sociogêneses na Amazônia ou sobre o xamanismo atinente ao complexo do Toré no Nordeste/Leste. Nesse espírito, o GT pretende reunir comunicações interessadas na construção de comparações etnológicas Amazônia-Nordeste/Leste a partir de eixos comuns que modulam relações interindígenas ou entre índios e não índios – sob olhares etnográfico, histórico ou etno-histórico – preservando o espírito salutar de propor alternativas à dicotomia “externalismo X internalismo” que tem balizado a produção antropológica sobre o Nordeste/Leste e a Amazônia indígenas, nas últimas décadas, e que urge problematizar, mediante a criação de um espaço que acolha os distintos contextos etnográficos e as diversas perspectivas teórico-metodológicas que compõem a etnologia indígena no Brasil, assegurando-lhes interação e permanente exercício comparativo. Trabalhos de pesquisadores indígenas serão especialmente bem vindos.

Os Kagwahiwa do Rio Madeira: Modelos de Geração Tradicional.

Autoria: Angéllisson Tenharin (FUNAI), Jordeanes do Nascimento Araújo Edmundo Antonio Peggion

Os povos indígenas denominados Kagwahiwa, estão localizados no sul do estado do Amazonas e norte de Rondônia. Habitam a região entre as margens esquerdas do rio Madeira e as margens direitas do rio Roosevelt sentido Norte Sul. São eles: Os Tenharin do Igarapé Preto (tynydé´hu), que habitam as margens do rio Igarapé Preto (Piawuhuay), no município de Novo Aripuanã. Os Tenharin do rio Marmelos (Paraná Ytingy´hu), que habitam todo o território ao longo do rio Marmelos (Paraná Ytingy´hu) e rio Preto (Yumu´í) da nascente até onde ela deságua no rio Madeira, no município de Humaitá e Manicoré. O povo Indígena Jiahuí, também conhecidos na documentação histórica como ?os bocas pretas?, por conta da pintura facial, que habitam a região entre o Igarapé Jaytyta´í e o rio Maici (Pykauay) no município de Humaitá e o povo indígena Parintintin na região do rio Madeira, rio Nove de Janeiro e rio Ipixuna. Observamos que cada povo tem o rio onde habitam como nos tempos passados. Os povos indígenas não usavam marcos ou picadas para definir seu território e assim, os rios definiam os limites de cada povo e que servia de zona de pesca e caça. Este work busca investigar como os Kagwahiwa fazem uso e controle dos recursos dos seus territórios tradicionais através de modelos de gerar, fazer e criar. Por exemplo: Esses povos sabem que tudo o que eles precisam para manter o seu modo de vida e bem estar está dentro dos seus territórios, a floresta e os rios são como o supermercado, a farmácia e é a casa dos Kagwahiwa. É justamente esse território que garante a sustentabilidade dos povos que nele habitam.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: